



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1272

COMBATE AO PERIGO VERMELHO NO CENÁRIO BRASILEIRO DURANTE OS ANOS 1930.

Tiago Siqueira de Oliveira¹

Faculdade de Filosofia e Ciências - UNESP – Câmpus Marília

Resumo. Esta comunicação visa divulgar os resultados parciais do projeto de pesquisa desenvolvido em doutoramento junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, o qual objetiva identificar às nuances da agenda política da Liga de Defesa Nacional, no período entre 1930 até 1964. A entidade operou, neste período, uma mudança em seu projeto de modernização conservadora para uma intervenção contra o comunismo. Esta abordagem tem como ponto de partida a Revolução de 1930, momento de ajustamento ideológico da entidade aos interesses de Estado capitaneado pelos líderes da Entidade. A posterior ação intitulada de “Intentona Comunista” em 1935, foi a suposta justificativa para o fechamento do regime, devido ao “perigo vermelho”. Esta comunicação analisa as ações da LDN para implementar o combate a disseminação do comunismo no Brasil, no período de 1930 a 1940, notadamente até a II Guerra Mundial, quando o Brasil inicia os ajustes de seus interesses com a política externa Estadunidense, que teve seus reflexos seguidos pela bipolaridade mundial URSS X EUA, culminando no golpe civil-militar em 1964. Portanto, nesta comunicação o objetivo central será verificar a participação da Instituição no cenário político a partir dos anos 1930 e a construção de um discurso político anticomunista. Em suma, buscaremos avaliar a interação da Liga de Defesa Nacional na política brasileira, traçando como hipótese que a Entidade, supostamente, se reconfigurou enquanto expressão de um Partido Militar, por meio de uma solidariedade ideológica, reunindo militares e civis numa agenda modernizadora com o objetivo de combater a disseminação do Comunismo no Brasil.

Palavras-chave: **Partido Militar; Liga da Defesa Nacional; anticomunismo;**

INTRODUÇÃO

A LDN foi criada através da tentativa da confluência dos interesses entre civis e militares, administrada e incentivada por Olavo Bilac, gestada dos discursos proferidos por Olavo Bilac em defesa do Serviço Militar Obrigatório².

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da FFC-UNESP de Marília.

² Ver: Bilac, Olavo. A defesa Nacional – Discursos. Rio de Janeiro: Bibliex, 1965.

[...] está claro que seu primeiro discurso na Faculdade de Direito de São Paulo exaltou os ânimos dos dois lados da questão. O ministro Faria e o General Bento Ribeiro imediatamente enviaram telegramas de congratulações. Faria aplaudiu a opinião de Bilac de que o serviço militar obrigatório seria a fonte de ressurreição de um Brasil forte pelo patriotismo de seus filhos. Oficiais do Exército demonstraram seu apoio com um banquete para 250 pessoas no Clube Militar em 6 de novembro de 1915. Na capa do menu mandaram gravar: “Homenagem do Exército a Olavo Bilac, o poeta e o apóstolo da defesa nacional”. (MCCANN, 2009, p. 230).

Como ocorreu na década de 1920, a Liga da Defesa Nacional patrocinou eventos e discursos, no intuito de implantar um projeto de modernização para o Brasil, no qual militares do Exército empenharam-se ativamente, fazendo *lobby* junto a membros importantes do Congresso fora da Câmara, enquanto seus porta-vozes defenderam a concessão de verbas e elaboração de legislações sobre os assuntos que a entidade definia como estratégicos. A partir de 11 (onze) temas, os intelectuais vinculados à entidade, ministros de Estado e militares, delinearam-se formas de intervenção para tentar mudar a realidade e a dinâmica social.

Inicialmente, a reflexão pautou-se na instrução primária, no Serviço Militar Obrigatório, na Saúde Pública, entre outros assuntos. Contudo, dissidências, notadamente à fração paulista pertencente à Liga Nacionalista, valorizavam a importância do voto e à reunião das pessoas em torno de partidos³ que respondessem a seus anseios e demandas, contribuindo para aprofundar o debate sobre os problemas para o desenvolvimento brasileiro, enquanto projeto nacional.

Os debates e processos políticos, geraram tensões, culminando na revolução de 1930. Este curto espaço não possibilita apresentar todos os detalhes, mas sim, um simples panorama das articulações políticas para a conquista da hegemonia política no país, naquele período. O Brasil passara por mudanças profundas na política, por meio da construção de um projeto político de

³ A mobilização de intelectuais e políticos criticando o modelo econômico e social vigente, viabilizaram a fundação, no Brasil, de Partidos de oposição, notadamente o Partido Comunista, em 1922, como contraponto ao Liberalismo crescente, no qual cabe ressaltar que quem era pobre já estava em desvantagem. Com perspectiva conservadora, o Partido Democrático, fundado a partir do fechamento da Liga Nacionalista, em 1924, oxigenava a política em São Paulo, apesar de não possuir grande representatividade, possibilitando aos dissidentes do Partido Republicano Paulista propor reformas políticas com objetivo de conquistar maior participação nas bancadas das Câmaras Estaduais e Federais.

desenvolvimento de feição modernizadora, mas notadamente conservador. O desenvolvimento nacional estava estagnado, sendo que a crise econômica daquele culminada em 1929, propiciou o questionamento do poder da classe hegemônica (nas mãos dos latifundiários paulistas e mineiros – política do café com leite), emergindo uma dissidência política (articulada entre políticos rio-grandense, dissidências paulistas, como a citada acima, entre outros) , pautada numa fração de classe que tinham como objetivo a criação de indústrias e fortalecimento da produção diversificada de produtos. Todos estes conflitos somou-se a incorporação dos trabalhadores à lógica do Estado, pacificando as massas, por meio de legislações populistas que garantiam alguns direitos que outros países industrializados haviam implementado no século XIX. Dentro deste contexto, a revolução de 1930 e posteriormente o Estado Novo contribuíram para o fortalecimento do poder federal, sendo os desdobramentos da II Guerra Mundial, preponderante para o fim da Era Vargas. O alinhamento do Brasil aos Estados Unidos, culminando com as disputas pós-guerra entre Estados Unidos e URSS no plano mundial, definiu o posicionamento ideológico, político e econômico do Brasil. Neste período de 1930 a 1945 surgiu um novo inimigo interno, o comunismo, devido principalmente ao contexto interno, mas também, como consequência das relações internacionais. Portanto, entendemos que a construção da Doutrina de Segurança Nacional foi reflexo ao alinhamento brasileiro às políticas capitalistas americanas.

Inserindo nosso objeto de estudo neste cenário descrito acima, identificamos que o fundamental entre os militares e os intelectuais da época que compunham a Liga da Defesa Nacional era controlar as massas para manter a Unidade Nacional e combater o Comunismo. Aqui identificamos a Liga como núcleo de disseminação de estratégias enquanto aparelho político, embora expresse em nossa hipótese desde sua fundação, como um Partido Militar⁴.

⁴ A expressão Partido Militar é trabalhada nesta análise, analogamente ao que Alan Rouquieu propôs, porém, alterando sua essência, estabelecendo intercâmbio entre civis e militares. Iremos considerar nesta análise uma interpretação de Partido Militar na qual assuntos de interesses militares são defendidos por civis. Desta forma, concordamos com a análise proposta por Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha, o qual analisa que o Golpe de 1964, foi um Golpe Civil-Militar e não apenas militar. Portanto, acreditamos que a Liga da Defesa Nacional possui caráter aglutinador de propostas civis-militares como projeto para o país, no âmbito ideológico, político e econômico.

A denominação “Partido Militar”, segundo Rouquié (1980), não pretende obliterar as particularidades pertinentes às organizações castrenses, confundindo-as, em suas estruturas e mecanismos próprios, com as organizações político-partidárias. Assim sendo,

[...] as Forças Armadas podem ser forças políticas que desempenham, por outros meios, as mesmas funções elementares que os partidos, e sobretudo, que conhecem em seu seio, tanto quanto os partidos, mas segundo outra lógica, processos de deliberação, de tomadas de decisão, e até mesmo de união e articulação sociais. (ROUQUIÉ, 1980, p. 12).

Portanto, em nossa análise, complementamos a expressão “Partido Militar”, permitindo o questionamento da ideia simplificadora, largamente difundida, até mesmo nos círculos militares, de que as Forças Armadas se constituam em um organismo coeso e homogêneo, cuja unidade estaria preservada pela escala hierárquica que o compõe. Acreditamos, por outro lado, que considerar a expressão “Partido Militar” evidencia as ocasiões nas quais há uma intersecção entre Exército e política e vice-versa. Neste caso em particular creditamos a concepção de Partido Militar, ajuda-nos a situar os interesses comuns existentes dentro da Liga da Defesa Nacional, a qual era composta por civis e militares. Da mesma forma dialogando com autores que discutem a participação de militares na política, devemos entendê-los como constituintes do processo e não um fenômeno à parte da análise, apenas.

Desta forma, a centralização dos Estados foi sendo engendrada, sendo a Educação, os Sindicatos corporativos vinculados ao Estado e o Serviço Militar constituídos em aparelhos ideológicos de Estado, seguindo leitura em Althusser⁵ para complementar a construção do discurso hegemônico, no intuito de evitar a disseminação do Comunismo em ascensão.

A reprodução da força de trabalho não exige apenas a reprodução de sua qualificação, mas também de sua submissão às normas da ordem vigente, isto é, uma reprodução da submissão dos operários à ideologia dominante por parte dos agentes da exploração e

⁵ ALTHUSSER, Louis. Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Tradução de Walter André Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: edições Graal, 1985.

repressão, de modo a que eles assegurem também pela palavra o predomínio da classe dominante (ALTHUSSER, 1985, p. 58).

Com a finalidade de reforçar nosso referencial teórico, recorreremos em Gramsci, o qual anteriormente a Althusser, analisa que na sociedade civil uma determinada fração de classe que se propõe hegemônica, atua por meio de aparelhos privados de hegemonia, notadamente à educação em escolas, sindicatos, jornais ou mesmo na formação profissional para atingir seus objetivos ideológicos. Nestas políticas de Estado objetivavam catequizar a população para a centralização do poder na mão do Presidente. Os militares e civis que compuseram os quadros da Liga de Defesa Nacional adaptaram os pressupostos de Bilac, com caráter nacionalista, contemplando alguma influência do Integralismo com a finalidade de contribuir para a centralização do poder no âmbito da União⁶. A Liga congregou a Igreja, os Professores, a mídia escrita e falada, seguindo as articulações propostas pelos militares e civis que compunham a entidade, postulados estes determinados pelo Estado que se configurava com o passar dos anos de 1932 a 1937. O nacionalismo proposto por este grupo pode ser identificado com a proposta de modernização do Exército, segundo os pressupostos da Doutrina Goés Monteiro e, posteriormente com a Doutrina de Segurança Nacional.

JUSTIFICATIVA/OBJETIVO

Em análise recente⁷, percebe-se que na construção dos pressupostos para a fundação da Liga da Defesa Nacional constavam reflexões sobre as debilidades estruturais do país, as quais foram sendo realizadas paulatinamente, por Getúlio

⁶ Para uma leitura sobre os discursos dos representantes intelectuais do Integralismo ver: RODRIGUES, Cândido M; Barbosa, Jefferson Rodrigues. *Intelectuais & Comunismo no Brasil: 1920-1950*. Cuiabá: ed. UFMT, 2011.

⁷ As questões sobre o trabalho, industrialização, obrigatoriedade da instrução primária, saneamento básico das cidades, serviço militar, entre outras ações foram discutidas em diversos seminários realizados pelos integrantes da Liga da Defesa Nacional. Ver: Oliveira, Tiago S. de. *A Liga da Defesa Nacional: um projeto de modernização para o Brasil*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais (2012). Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP, Marília, 207 p.

Vargas. Contudo, a LDN⁸ iniciou o combate ao Comunismo, devido principalmente à mudança política que ocorria no Brasil, notadamente pela repercussão que a intitulada “Intentona” Comunista supostamente proporcionou. Esse episódio foi utilizado como justificativa para o Estado Novo e, posterior influência da construção da Doutrina de Segurança Nacional, pós II Guerra Mundial, aprofundando a radicalidade ideológica entre esquerda e direita.

[...] Esclareceu que, em cumprimento da alínea “d” do artigo primeiro dos Estatutos, a Liga iniciou a campanha contra o comunismo, feita no ponto de vista educacional, empenhando-se, sobretudo, na propaganda de verdades que desmascarassem os objetivos marxistas. Para isso organizou serviços que vêm sendo financeiramente auxiliados pelos ilustres consócios doutores Oscar Weiuschench, César Rabelo e Eugênio Gudín Filho, o que permitiu a sua realização mais eficiente. Comunicou que graças a esses auxílios, foram criados o Departamento de Propaganda a cargo do Doutor Carlos Maul e o de Investigação, chefiado por um especialista de grande honorabilidade o doutor Augusto Mendes e ainda, com os mesmos propósitos educacionais, foi inaugurado e esta em pleno funcionamento, desde abril do corrente ano, com setenta e três alunos matriculados, um Curso de Extensão e Aperfeiçoamento noturno no Ginásio Brasiliense que funciona no Engenho de Dentro, dirigido pelo segundo secretário da Comissão Executiva. Continuando sua exposição, o senhor presidente citou a bela iniciativa da Colônia de Férias para os meninos dos morros, que se realizou, sob o patrocínio da Liga, na Fortaleza de São João, durante trinta dias, e cujos resultados foram muito aplaudidos e a realização de um concurso de cartazes que alcançou também grande sucesso, tendo sido tais iniciativas subvencionadas pelos consócios já citados (LDN, 1936, p. 55).

A citação acima, demonstra a primeira iniciativa declarada da entidade para dirigir os trabalhos com objetivos ideológicos em relação à formação dos estudantes. Esta reunião ocorreu em 23 de setembro de 1936, aproximadamente um ano depois dos acontecimentos de novembro de 1935. Não tivemos acesso, ainda, ao conteúdo do material divulgado nestes Curso de Extensão e Aperfeiçoamento, porém, analisando os discursos constante nas Atas da entidade, fica claro o combate às influências “alienígenas” que pudessem “corromper” os jovens menos atentos. Esse é o ponto de partida de nosso Projeto de Doutorado.

⁸ Utilizaremos a sigla LDN para Liga da Defesa Nacional.

A entidade sempre teve uma rotatividade enorme nos quadros que a compuseram, porém, alguns períodos denotam determinados momentos históricos da conjuntura política do país. Como a entidade tinha sua sede na capital federal e seus principais agentes/integrantes eram políticos ou membros do *staff* do Estado, as ações da entidade dependiam do grupo que se propunha dirigente. Contudo, cabe destacar que a proximidade com o poder, facilitou o trânsito da entidade com as instâncias deliberativas e executivas do Estado. Patrocinava conferências sobre civismo na Academia Brasileira de Letras, propondo a criação de prêmios a autores brasileiros de obras que enaltecêssem o nacionalismo.

[...] conseguiu que o Poder Legislativo aprovasse e transformasse em Lei que tornou o número duzentos e vinte e um, a sugestão da Liga, instituindo o Prêmio Carlos Gomes, de cinquenta contos de reis, destinado a recompensar, de cinco anos, o músico brasileiro nato que compuser uma obra sobre assunto brasileiro [...] declarou ainda que essa comemoração foi eficazmente auxiliado pelo doutor Francisco de Campos, secretário de Educação e Cultura do Distrito Federal. [...] foi a realização no salão da Academia Brasileira, com crescente sucesso, de quatorze conferências cívicas durante os meses de maio a setembro, nas quais os mais lídicos representantes da intelectualizada brasileira trataram de vários temas de palpitante atualidade. (LDN, 1936, p. 55)

Todas essas ações tinham como objetivo construir uma cultura nacional, moldada de acordo com as referências e valores dos integrantes da Liga da Defesa Nacional. Eram estimuladas a criação de Ligas e Uniões de jovens para a causa nacional, como a União Universitária Nacionalista, núcleo de jovens estudantes das Faculdades que faziam parte do Distrito Federal, sendo que a Liga abrigava a sede da Concentração Nacional que dirigia as atividades destes grupos.

[...] A escola é o instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis. A complexidade da função intelectual nos vários Estados pode ser objetivamente medida pela quantidade das escolas especializadas e pela sua hierarquização: quando mais extensa for a área escolar e quanto mais numerosos forem os graus verticais da escola, tão mais complexo será o mundo cultural, a civilização, de um determinado Estado.⁹ [...] O mesmo ocorre na preparação dos

⁹ Gramsci apresenta nesta citação a formação dos diversos intelectuais para a indústria. Neste caso, fazemos analogia com a proposta da Liga da Defesa Nacional, a qual propõe uma educação ideologicamente norteada para toda a Nação, segundo os postulados definidos por ela. Dialogando com Gramsci percebemos que a Entidade possui um projeto ideológico definido de Brasil para a juventude da época.

intelectuais e nas escolas destinadas a tal preparação: escolas e instituições de alta cultura são similares (GRAMSCI, 2004, p. 19).

Como ocorrera na década de 1920, a Liga da Defesa Nacional se empenhava em criar Diretórios Regionais, nas capitais dos demais Estados do Brasil, com a finalidade de ampliar a divulgação seus ideários já divulgados no Rio de Janeiro. Porém, a questão central era que os interventores deveriam ser os Presidentes dos Diretórios Regionais, cabendo a eles serem os precursores das iniciativas nacionalista e orientadores locais das diretrizes irradiadas pelo Diretório Central. A partir de 1936, foram organizados, novamente¹⁰, os diretórios regionais do Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul. Como a revolução de 1930 trouxe muitas incertezas com o futuro da Liga, verificamos nos documentos da Entidade que a partir de 1935, houve avanço na divulgação dos trabalhos da Entidade nos Estados acima mencionados. Podemos deduzir que a movimentação comunista favoreceu a articulação da Liga da Defesa Nacional, seguindo um novo reajustamento de foco, tendo em vista que a entidade estava enfraquecida, segundo nossas leituras, devido aos acontecimentos em 1930.

O processo da revolução de 1930 causou alterações no quadro da Liga da Defesa Nacional, sendo as pessoas que de fato conduziam os trabalhos alteradas. Há uma certa alteração bienal nos líderes da Entidade¹¹, mas interessante destacar

¹⁰ Haviam sido criados 21 Diretores Regionais (incluindo o Território do Acre), em 1917, contudo, não tivemos acesso aos trabalhos realizados neles e se perduraram suas atividades por todo o período. O que salta aos olhos é que o Diretório Central da Liga esteve sempre atento e tentava influenciar todos os Estados da federação (OLIVEIRA, 2012, p. 102). O Diretório do Rio Grande do Sul foi muito atuante, contudo não tivemos acesso às publicações daquele Diretório. Acreditamos que um trabalho específico sobre ele seria necessário, no sentido de verificar quem e o que foi discutido em termos políticos. Cabe destacar, que este Diretório é atuante até os dias atuais.

¹¹ 28 de setembro de 1929 – (LDN, 1930, p. 42). Ficou constituída para o biênio (1929-1931), a **Comissão Executiva**: Presidente Ministro Muniz Barreto; Vice-presidente Dr. Antonio Moitinho Doria; Secretario Geral Ministro Pinto da Rocha; 1º Secretaria Dra. Ormindia Bastos; 2º Secretario Dr. Guilherme Azambuja Neves; Tesoureiro Dr. Humberto Antunes; Comissão de Contas: Dr. Juvenal Murtinho Nobre, Comendador Oscar Rodrigues da Costa e Coronel Eusébio de Queiróz Mattoso Maia.

19 de outubro de 1931 – (LDN, 1931, p. 45). Ficou constituída para o biênio (1931 a 1933), a **Comissão Executiva**: Professor Fernando Magalhães, presidente, Dr. Oscar da Silva Araújo, vice-presidente, Dr. Guilherme Azambuja Neves, secretario geral, Dr. Carlos Olyntho Braga, 1º Secretario, Dr. Rodrigo Delamare São Paulo, 2º Secretario e Dr. Eduardo Carneiro de Mendonça, tesoureiro.

19 de setembro de 1933 - (LDN, 1933, p. 49). Ficou constituída para o biênio (1933 a 1935) a **Comissão Executiva**: Presidente, Professor Fernando Magalhães, vice-presidente Oscar Silva Araújo, Secretario Geral Guilherme Azambuja Neves, 1º Secretario Carlos Olyntho Braga, 2º

que assim que o Ministro Muniz Barreto se aposentou em 1931, ele foi substituído pelo Professor Fernando Magalhães, denotando o caráter oficial da entidade e sua vinculação direta aos interesses do Governo.

Outro fato interessante que nos chamou atenção, refere-se a ata relativa ao dia 15 de outubro de 1935, pois esta foi registrada em cartório em 28 de novembro de 1935 e contou com a presença do General Tasso Fragoso e outras figuras de relevo da política do período¹². Nesta reunião foi indicada a nova Comissão Executiva da Entidade. Não ficou claro, o porquê do registro em cartório deste documento, mas, conforme consta em nota de rodapé número 10, o General Pantaleão da Silva Pessoa assumiu a presidência da Comissão Executiva e iniciou os trabalhos de definição das atividades da Liga da Defesa Nacional. Analisando o período, chegamos à conclusão que os movimentos do período de 23 a 27 de novembro de 1935 tenham contribuído para uma decisão de “legalizar” a posse do General Pantaleão como dirigente da Liga da Defesa Nacional. Não conseguimos chegar a conclusão se os debates foram tensos para a posse do General Pantaleão como presidente da Comissão Executiva, mas, os “cuidados especiais” na formulação e legitimação desta Ata causou-nos estranheza. Em 22 de setembro de 1936, o General Pantaleão convocou uma reunião do Diretório Central, enaltecendo a importância dos integrantes da entidade, pedindo apoio de todos os membros para realizar as atividades que descrevemos na página 5 e 6 deste trabalho que não repetiremos aqui por motivos de espaço.

A partir de 1936, várias iniciativas foram implementadas para criar serviços de monitoramento das atividades consideradas estratégicas no país, auxiliando, de algum modo o Estado. Há uma corrente de análise, que identifica em Vargas todas

Secretario Rodrigo Delamare São Paulo e Tesoureiro Eduardo Carneiro de Mendonça. O Conselho Fiscal ficou constituído pelo Ministro Edmundo Muniz Barreto, Dr. Humberto Antunes e Dr Juvenal Murtinho Nobre.

15 de outubro de 1935 – LDN, 1935, p. 52) a Comissão Executiva: Presidente General Pantaleão da Silva Pessoa, vice-presidente, Professor Fernando Magalhães, Secretario Geral, Carlos Olyntho Braga, 1º Secretario, Rodrigo Delamare São Paulo, 2º Secretario, Olyntho da Gama Botelho, Tesoureiro Coronel Geuserico Vasconcellos. (LDN, 1935, p. 53)

¹² Estavam presentes nesta sessão o Professor Fernando Magalhães, Dr. Teixeira de Freitas, Dr. Carlos Olyntho Braga, Dr. Juvenal Murtinho Nobre, Alvaro Alberto, Professor Olyntho da Gama Botelho, Dr. Pereira Lessa, General Octavio de Azevedo Coutinho, General Tasso Fragoso e Desembargador Atanlpho Napoles de Paiva.

as iniciativas de fechamento do Regime¹³. Vale destacar que verificamos, neste caso, diversos atores que contribuíram para isso. Como a proposta apresentada em 1936, pelo Tenente-Coronel Euclides Espíndola do Nascimento para a criação de 4 serviços na Liga da Defesa Nacional, a qual foi lida pelo General Pantaleão: “[...] a) Serviço de Controle da Integridade Nacional; b) Serviço de Controle Educacional; c) Serviço de Orientação e Propulsão da Riqueza Econômica; d) Serviço de Coordenação das Coletividades Associadas, cada um deles com as respectivas atribuições perfeita e inteligentemente justificadas pelo ilustre proponente”. (LDN, 1936, p. 57). Travaram-se longos debates em torno dessa proposta, falando vários oradores, sendo, finalmente, a mesma aprovada para ser executada aos poucos, à proporção que a Liga obtivesse meios de o fazer.

Diante do tumultuado ano de 1937, em 23 de outubro daquele ano, o General Pantaleão afirmava que a Liga foi lançada a colaborar intimamente com as autoridades, facilitando a ação. Contudo, o General não especifica as atividades empenhadas pela entidade, mas deixa claro, que ela colaborou em tudo que foi necessário, no tocante aos interesses de Getúlio Vargas. Entretanto, em complemento à declaração acima, o General desabafa que este apoio ao governo não foi fácil, apesar de contar com o apoio de “pessoas que guiam e visitam a entidade”, definindo quais devem ser o posicionamento da entidade. Porém, devido aos acontecimentos de novembro de 1937, o General passou a presidência, novamente, ao Professor Fernando Magalhães, em reunião datada de 13 de setembro de 1938. A Liga concedeu licença ao general, mas não declarou os motivos da saída, apenas afirmando que o general saiu devido aos acontecimentos políticos, ou seja, o golpe em curso que efetivado em 20 de novembro de 1937.

Estes são alguns dos acontecimentos que podemos apresentar neste momento sobre as atividades da Liga. O período de 1930 a 1940 são conturbados

¹³ Como dispomos de curto espaço para tratar de assunto tão vasto, sugerimos algumas leituras, para uma visão geral do período, como a obra de Frank D. McCann, *Aliança Brasil Estados Unidos: 1937-1945* e de Boris Fausto, *O Brasil Republicano, 3º Volume Sociedade e Política (1930-1964)*, são obras que possibilitam apreender vários aspectos do período sem, contudo, desprezarmos as demais obras que também tratam do período.

para os membros da entidade. Como estão muito próximos do poder, neste caso de Vargas, a entidade precisava se adaptar à conjuntura política para poder sobreviver.

CONSIDERAÇÕES

No início dos anos 1930, a Liga da Defesa Nacional sofreu retaliações econômicas, contudo, seu fortalecimento ocorreu quando ela se aproximou do governo revolucionário provisório que se configurava como permanente.

Posteriormente, em decorrência da influência da formulação da Doutrina Góes Monteiro, a Liga da Defesa Nacional se reorganizava. A influência da primeira doutrina procurava retirar a participação política dos militares subalternos¹⁴, concentrando as deliberações político-militares nas mãos do Estado-Maior do Exército, por meio de Dutra e o do próprio Góes, mas centralizando as deliberações em Getúlio Vargas. Era necessário, “retirar a política no Exército e fazer a política do Exército”, frase emblemática escrita por Goés Monteiro, em seu Livro *A Revolução de 1930 e a finalidade política do Exército*. Esse seria, segundo nossa análise, o segundo momento em que a Liga se expressa como Partido Militar, seguindo expressão de Alain Rouquié, na obra *os Partidos Militares no Brasil*, pois ela reuniria expoentes da Burocracia Estatal, civis e militares que realizariam projetos de apoio aos regimes instaurados de 1930 a 1945 e, posteriormente em 1964 que analisaremos em nossa Tese de Doutorado. O que se destaca nesses tópicos excessivamente resumidos é que a Liga da Defesa nacional tentava conformar suas propostas nacionalistas, acompanhando a mudança na economia e no perfil populacional, devido às imigrações de alemães, italianos, entre outros, conformando uma proposta de ideário nacional.

[...] o partido político, para todos os grupos, é precisamente o mecanismo que realiza na sociedade civil a mesma função desempenhada pelo Estado, de modo mais vasto e mais sintético, na sociedade política, ou seja, proporciona a soldagem entre intelectuais orgânicos de um dado grupo, o dominante, e intelectuais tradicionais; e esta função fundamental, que é a de elaborar os próprios

¹⁴ Oficiais subalternos são considerados o 1º Tenente, 2º Tenente e o Aspirante a Oficial, sendo que o Capitão é considerado Oficial Intermediário, entre Oficial Subalterno e Superior (Major, Tenente-Coronel, Coronel). Dentro de nossa análise consideramos o Capitão como subalterno. Para mais informações ver: <http://www.exercito.gov.br/web/guest/postos-e-graduacoes>.

componentes, elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como “econômico”, até transformá-los em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política. (GRAMSCI, 2004, p. 24)

A Entidade tinha como objetivo, segundo nossas leituras, homogeneizar as contradições diante da interação das diversas culturas com a finalidade de criar o mito “nacional”, combatendo as influências ideológicas, consideradas perniciosas. É neste contexto histórico de construção de projetos e processos que surgem várias organizações e grupos com objetivos diversos para o e no Brasil. O Clube Militar, o PCB, os Integralistas, os Fascistas, Aliança Nacional Libertadora entre outros emergiram nestes anos, a maioria, conservadora, mas com objetivo de influenciar nos destinos do país, mas que foram retirados de cena com o Estado Novo. A Liga de Defesa Nacional objetivava confluir os segmentos Civis e Militares, num panorama à direita do processo político, em alguns momentos emblemáticos cujo epílogo será 1964. Devido aos desdobramentos da referida “Intentona”, é possível sustentar nosso referencial teórico, acerca da expressão de Partido Militar e sua intervenção nessa fase operando enquanto um aparelho privado de Hegemonia, caracterizado na atuação de militares e civis em combate à ideologia marxista.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Tradução de Walter André Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: edições Graal, 1985.

BILAC, Olavo. **A Defesa Nacional (Discursos)**. Rio de Janeiro: Ed. Biblioteca do Exército, 1965.

CUNHA, Paulo Ribeiro R. **Militares e militância**: uma relação dialeticamente conflituosa. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

_____. Um manifesto elaborado no calor das batalhas. In: PENNA, Lincoln de Abreu (Org.). **Manifestos Políticos do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: E-papers, 2008.

FAUSTO, Boris. **O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964)**. História geral da civilização brasileira. v. 3 t. 3 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

GOES MONTEIRO, Pedro A. **A revolução de 30 e a finalidade política do Exército**. Rio de Janeiro: Odersen editores, s.d.

GRAMSCI, Antonio. Caderno 12 (1932): apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. **Cadernos do Cárcere**. 3ª ed. vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. Caderno 13 (1932-1934): Breves notas sobre a política de Maquiavel. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 3. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

LIGA DA DEFESA NACIONAL. **Livro de Actas do Diretório Central**. Acta 1ª de 7 de setembro de 1916 a 12 de novembro de 1947.

MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria**: História do Exército Brasileiro, 1889-1937. 1ª reimpressão. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009.

_____. **A Aliança Brasil-Estados Unidos**, 1937-1945. Tradução Jayme Taddei e José Lívio Dantas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

OLIVEIRA, T. S. **A Liga da Defesa Nacional**: um projeto de modernização para o Brasil. Marília, 2012, 207 f. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Faculdade de Filosofia e Ciências, Unesp, Campus Marília, 2012.

PEIXOTO, Antonio Carlos. **Exército e Política no Brasil**: Uma crítica dos modelos de interpretação. In: Rouquié, Alain (Org.). Os Partidos Militares no Brasil. Rio de Janeiro: Ed Record, 1980. p. 27-42.

RODRIGUES, Cândido M; Barbosa, Jefferson Rodrigues. **Intelectuais & Comunismo no Brasil**: 1920-1950. Cuiabá: ed. UFMT, 2011

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1970.

_____. **História militar do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.